



**REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE
PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA**

**12ª REUNIÃO NACIONAL DAS AUTARQUIAS LOCAIS: O MOMENTO DE
BALANÇO DO 10º MANDATO DE AUTARCIZAÇÃO**

**INTERVENÇÃO DE SUA EXCELÊNCIA FILIPE JACINTO NYUSI,
PRESIDENTE DA REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE, POR OCASIÃO DA 12ª
REUNIÃO NACIONAL DAS AUTARQUIAS LOCAIS, E O 3º CONSELHO
NACIONAL DE COORDENAÇÃO, PROFERIDO NA CIDADE DE
QUELIMANE.**

QUELIMANE, 15 DE MAIO DE 2023

Senhora Ministra da Administração Estatal e Função Pública;

Senhores Vice-Ministros;

Senhores Secretários de Estado nas Províncias;

Senhores Governadores Provinciais;

Senhores Administradores Distritais aqui presentes;

Senhores Presidentes dos Conselhos Municipais;

Senhores Presidentes das Assembleias Municipais;

Digníssimos Parceiros de Cooperação;

Distintos Convidados;

Minhas Senhoras e Meus Senhores!

Antes de iniciar a minha intervenção, importa destacar que, no período entre a XI reunião Nacional dos Municípios, realizada em 28 e 29 de Outubro de 2020 e a presente Reunião Nacional, registamos 8 mortes de Membros de Órgãos Autárquicos, nomeadamente:

1. Deviz Mbepo Simango - Presidente do Conselho Municipal da Beira;
2. Lídia Frederico Camela - Presidente do Conselho Municipal do Chókwe
3. Gulamo Mamudo - Presidente do Conselho Municipal da Ilha de Moçambique
4. Aurélio João Machado - Presidente do Conselho Municipal da Vila de Ribáue
5. Victória Tembe - Presidente do Conselho Municipal da Vila de Marromeu
6. Lina da Felicidade Tivane - Presidente da Assembleia Municipal de Xai - Xai
7. Castigo Chemane Tembe - Presidente do Assembleia Municipal de Marromeu
8. Ernesto Amâncio Buca - Presidente do Assembleia Municipal de Namaacha

Ao nos dirigirmos aos presentes nesta sala, por ocasião de Abertura da XII Reunião Nacional dos Municípios, iniciamos a nossa intervenção, saudando os 53 Presidentes dos Conselhos Autárquicos das Cidades e Vilas aqui presentes e, por vosso intermédio, a todos os munícipes deste belo Moçambique. A esta plateia de luxo que compõe esta sala, queremos agradecer pela prestigiosa presença.

Compatriotas!

A XII Reunião Nacional dos Municípios é realizada num contexto singular da história do nosso País, que coincide com o fim do 10º Mandato de Autarcização, que vigorou de 2018 a 2023.

Com este evento pretende-se fazer o balanço do desempenho das autarquias locais no mandato prestes a terminar e reflectir sobre os principais ganhos e desafios do processo de municipalização, com particular destaque, para o seu impacto na vida dos munícipes.

É neste diapasão que, em estrito respeito ao princípio de gradualismo, evoluímos de 33 autarquias em 1998, para as actuais 53 autarquias.

E no presente ano, aprovámos a criação de mais 12 novas autarquias locais, totalizando 65 autarquias, o que é mais uma prova do nosso compromisso com a governação democrática e com a descentralização sustentável.

Por outro lado, esta Reunião tem lugar numa fase histórica marcada pela introdução de profundas reformas do Estado, particularmente no domínio da Descentralização.

Urge recordar que antes de 2018, quando se falava de entidades descentralizadas em Moçambique, a abordagem cingia-se às autarquias locais.

Hoje, esse conceito abrange outros actores importantes como, por exemplo, os Governadores Provinciais e os seus respectivos Conselhos Executivos.

Assim, volvidos mais de 30 anos, desde o início do processo de descentralização, constatámos, com satisfação, que o nosso País evoluiu bastante, no que diz respeito à governação democrática e descentralização.

Por outro lado, temos a firme convicção de que esses processos requerem calma, aperfeiçoamento e aprofundamento constante em busca da fórmula ideal.

Minhas Senhoras e Meus Senhores!

A XII Reunião Nacional dos Municípios é realizada sob o lema “**Urbanização, Uma Prioridade para o Desenvolvimento Autárquico Sustentável**”. Trata-se de um lema que carrega em si muitas mensagens porque uma das actividades inscritas no Programa Quinquenal do Governo Central 2020-2024 é a elaboração da Política Nacional de Urbanização, para responder aos desafios do contínuo crescimento das zonas urbanas.

Os dados em nosso poder indicam que actualmente cerca de 56% da população mundial vive nas zonas urbanas e até 2030, esta cifra passará para mais de 60%. Com esse crescimento acelerado das áreas urbanas, fica evidente que haverá necessidade de adaptarmos a nossa forma de viver a dinâmicas da vida urbana.

Queremos, por isso, felicitar os organizadores deste evento pela escolha acertada do lema desta reunião, pois desafia-nos a termos capacidade de antecipação sobre os impactos da rápida urbanização na vida dos Moçambicanos.

Caros Participantes!

Todos os moçambicanos, incluindo os vossos parceiros nacionais e estrangeiros, têm muitas expectativas em torno dos resultados desta Reunião.

Esta Reunião deve-se traduzir num momento de reflexão, procurando trazer lições de grande impacto no domínio do desenvolvimento económico local, da integridade e da participação, que são alguns dos condimentos importantes na consolidação da cultura democrática.

Durante os 2 dias que estarão aqui, os munícipes das 53 autarquias esperam que os presentes nesta sala façam avaliação sobre o grau de cumprimento das decisões da XI Reunião Nacional dos Municípios, realizada no ano 2020; façam uma avaliação honesta e objectiva sobre o desempenho dos municípios; e que haja partilha de boas-práticas de governação municipal, como forma de uns aprenderem com os outros.

Por isso, mais do que uma simples reunião, este é o momento certo para cada Edil olhar o caminho percorrido e avaliar com franqueza, como tem sido a sua governação desde que foi eleito, sem procurar culpados de fora.

É momento para cada Presidente de Autarquia reflectir sobre as promessas eleitorais feitas durante a campanha eleitoral do ano 2018, o que já realizou e o que falta por realizar.

Por outras palavras, estamos a transmitir a mensagem de que nós queremos que vocês indiquem o que realizaram, o que não realizaram, onde é que vocês falharam, o que influenciou essas falhas, mas acima de tudo priorizem sempre a apresentação de soluções.

E olhando para a qualidade dos integrantes, estamos convictos de que os resultados desta reunião servirão de orientação para a vossa governação autárquica nos próximos anos.

Senhoras e Senhores Autarcas!

Sem menosprezar o que vocês realizaram com muito sucesso no mandato prestes a terminar, gostaríamos de chamar atenção a todos dirigentes municipais, olhando para o futuro, nos seguintes termos:

- 1. Planos de ordenamento territorial** - as nossas autarquias devem ter planos de ordenamento territorial que tenham talhões para habitação e arruamentos bem delineados; que tenham infra-estruturas de água, energia e comunicações. Neste âmbito, é preciso ter visão de longo alcance nos projectos de requalificação das cidades.
- 2. Infra-estruturas sociais e de lazer** - queremos que as autarquias tenham infra-estruturas sociais como postos de saúde, escolas, esquadras, bem como áreas de lazer e de ocupação saudável dos tempos livres para os adolescentes e jovens, como campos multifuncionais para a prática desportiva, casas de teatro, entre outros. **As cidades só fazem sentido quando contemplam estas infra-estruturas.**
- 3. Construções em zonas de risco** - é dever dos autarcas mapear as zonas de risco e orientar os seus munícipes a construírem as suas habitações em zonas seguras.

Não deve ser o município a conceder terrenos que sabe não serem adequados para a construção.

Se assim o entenderem, antes da atribuição de talhões, o Município deve criar condições, edificando infra-estruturas de apoio e protecção, como valas de drenagem adequadas para o escoamento das águas.

- 4. Reassentamentos** - Importa ainda, em articulação com as autoridades policiais e judiciais, monitorar os cidadãos que são reassentados. Não podemos continuar a assistir a cidadãos reassentados, que passado alguns meses voltam às suas anteriores residências, à espera da próxima desgraça para voltarem a repetir os mesmos pedidos de reassentamento ou outro tipo de apoios. É central que os locais de reassentamento sejam pensados de uma forma integrada.

Ao reassentar populações temos de ter presente que o transporte público ou semi-colectivo de passageiros para os seus locais de estudo e de trabalho é um requisito essencial que deve ser tido em conta.

O mesmo se pode dizer da água, luz e comunicação móvel, e infra-estruturas a que acima nos referimos.

- 5. Parcerias arrojadas com o sector privado** - outro aspecto que devem reflectir para o futuro próximo, com as comunidades, confissões religiosas, o empresariado e outras forças vivas da sociedade é a terciarização de alguns serviços municipais para o sector privado. Avaliem a possibilidade de concederem a gestão de algumas infra-estruturas a privados, observando a racionalidade e a máxima transparência.
- 6. Partilha de boas práticas** - procurem modelos de crescimento exemplares primeiro, a partir de experiências internas, através da partilha de boas-práticas entre autarquias e, em segundo plano, com as congéneres internacionais. Não tenham dificuldade de aprender o que é bom dos outros.
- 7. Cooperação internacional** - na Mobilização de apoios e parcerias externas, é importante que os Municípios articulem e se informem junto da entidade central responsável pela cooperação internacional, no quadro da unicidade da política externa de Moçambique, para correrem o risco de contrariar os acordos internacionais ou mesmo a nossa própria Constituição da República;

- 8. Branqueamento de capitais** - é importante que os Municípios não se alheiem dos processos de luta contra o branqueamento de capitais e financiamento ao terrorismo e ao crime organizado transnacional que o país trava. Por isso, é importante aconselharem-se junto de entidades competentes, para não receberem dinheiro sujo de proveniência duvidosa, sob a capa de ajuda ao Município, nem facilitar actividades ilícitas nas vossas autarquias.
- 9. Vendedores informais** - reflectam sobre que modelo harmonioso podemos adoptar para reduzir o crónico conflito entre vendedores informais e autoridades municipais. Evitem a violação das posturas municipais, procurando, igualmente, formalizar essa camada profissional que é fundamental na dinamização da economia, fora do circuito formal. Os vendedores informais são bastante importantes para o desenvolvimento do País.
- 10. Sustentabilidade Financeira** - a Constituição da República criou as autarquias locais na expectativa de sobreviverem de receitas próprias arrecadadas dentro do seu território. Contudo, dados em nosso poder indicam que a maioria das autarquias locais em Moçambique não conseguem cobrir nem 40% dos seus orçamentos com receitas próprias. Funcionam unicamente à custa de transferências orçamentais do Estado. Por isso, pensem “fora da caixa” para encontrarem fórmulas para aumentar as vossas receitas, para se tornarem gradualmente sustentáveis, com medidas que não sufocam o cidadão, através do aumento das taxas.
- 11. Tratamento desigual entre a zona cimento e os bairros periféricos** – temos constatado que em algumas autarquias, os Edis prestam mais atenção nas chamadas zonas de cimento, em detrimento dos bairros periféricos. É comum ver, por exemplo, que os municípios tiram os resíduos sólidos (lixo), nos centros da cidade, mas o mesmo não acontece nos bairros da periferia. Apesar de estes estarem também a contribuir para o saneamento do meio. Tratem de forma igual a todos os municípios.

Senhoras e Senhores Presidentes dos Municípios!

Ainda sobre recomendações que devem reflectir sobre elas, gostaríamos de acrescentar mais alguns pontos, como sejam:

Reabilitação de vias de acesso – como é de conhecimento de todos, acabámos de sair da época chuvosa e com ela, algumas das estradas ficaram degradadas. É vossa responsabilidade cuidarem das vias de acesso, trabalhando arduamente para a procura de soluções.

Combate à cólera, malária e outras doenças hídricas - recomendamos, igualmente para que contribuam no combate à Cólera, que afecta algumas regiões, garantido a limpeza das cidades e vilas que vocês dirigem. A remoção de resíduos sólidos e o saneamento do meio são a chave no combate a estas e outras doenças. Quase todas as cidades e vilas reclamam esforços adicionais para torná-las limpas.

Combate à corrupção - sobre este tema, gostaríamos de vos recordar que há um ditado popular chuabo, que diz “muita das vezes, o barco naufraga quando está a chegar à margem”. Inspirados neste adágio popular, desta terra e nesta cidade do **rio dos Bons Sinais**, gostaríamos de chamar atenção aos Edis que governaram sem máculas de corrupção, durante quase 5 anos, para não caírem nas tentações da corrupção. Se cometerem este erro, correm o risco de naufragar próximos à margem e terminarem no banco dos réus, comprometendo todo o nosso bom trabalho.

Pagamento de dívidas - outros aspectos que devem prestar atenção neste período, tem a ver com o pagamento de dívidas com os vossos prestadores de serviços e os atrasos de salários com os funcionários municipais. Sabemos que, em algumas autarquias, os atrasos de salários resultaram em greves de funcionários. Por isso, façam de tudo para saldarem as vossas dívidas, tanto com os funcionários, bem como com os empresários, antes das eleições.

Plano dos Últimos 100 Dias de Governação - Companheiros, de hoje até ao dia de realização das eleições autárquicas, ainda faltam mais de 100 dias e é tempo aceitável para quem gosta de trabalhar. Por isso, para aqueles que ainda não cumpriram os seus Programas Quinquenais de Governação Municipal na totalidade, queremos aconselhar para elaborarem um Plano dos Últimos 100 dias de Governação, contendo acções concretas que vão ter impacto social para os

munícipes. Não devemos atirar a toalha ao chão, com o pretexto de que o mandato já terminou, continuemos a trabalhar até ao último dia.

Educação Cívica Eleitoral - não menos importante, gostaríamos de recordar-vos de que está a decorrer o recenseamento eleitoral para as eleições autárquicas do dia 11 de Outubro próximo. Capitalizo esta ocasião para apelar a vossa participação na educação cívica dos munícipes, no sentido de eles aderirem ao recenseamento eleitoral. Nesse aspecto, é importante tomar muito cuidado para não cometerem ilícito eleitoral, fazendo campanha eleitoral fora do período estipulado por lei.

Por último, queremos nos dirigir ao Ministério da Administração Estatal e Função Pública na qualidade de órgão de tutela - sem atropelar a legislação sobre a matéria, deve estar presente na vida das autarquias locais, com objectivo de prestar assistência técnica, fiscalizar e harmonizar metodologias para a melhoria da actuação e desempenho das entidades descentralizadas.

Minhas Senhoras e Meus Senhores!

Logo depois do término desta Reunião Nacional dos Municípios, terá lugar a 3ª Sessão do **Conselho Nacional de Coordenação**, sob o lema *“Por um desenvolvimento integrado e harmonioso de Moçambique”*.

O Conselho Nacional de Coordenação (CNC) é um mecanismo de articulação e coordenação entre os órgãos executivos de governação descentralizada provincial e os sectores de nível central com a participação dos Órgãos de Representação do Estado na Província e os Presidentes de Conselhos Municipais da Cidade de Maputo e das Capitais Provinciais, que ao abrigo da Lei reúne, ordinariamente, uma vez por ano.

A primeira sessão teve lugar a 25 de Agosto de 2021, na cidade de Maputo e a segunda foi realizada em Nampula, a 12 de Agosto de 2022. Como os membros deste Conselho estão aqui, decidimos fazer coincidir as duas reuniões no mesmo local, como forma de contenção de recursos que o nosso Estado precisa bastante.

A realização, com regularidade deste Conselho, tem sido de capital importância para a descentralização, pois tem sido um dos barómetros para medir e compreender melhor as

dinâmicas de funcionamento dos órgãos de governação provincial e sua interacção com os órgãos centrais, bem como com os órgãos autárquicos e Governos Distritais.

Na 3ª Sessão do Conselho, serão debatidos temas inerentes aos ajustamentos efectuados no Regulamento de organização e funcionamento do Conselho Nacional de Coordenação e do Conselho Provincial de Coordenação e no Regulamento de Contratação Pública, para além dos Planos de Actividades dos Órgãos locais.

Neste capítulo, gostaria de recordar que a descentralização no nosso País é um processo em construção, cujo aperfeiçoamento conta com experiências práticas do nosso dia-a-dia.

Sabemos que estarão em debate assuntos tão importantes e actuais para a descentralização como, por exemplo, o aperfeiçoamento do quadro legal, finanças locais, infra-estruturas, delimitação das áreas de intervenção de cada actor e a articulação inter-institucional.

Por isso, quando estiverem reunidos no contexto do 3º Conselho de Coordenação, deem o vosso melhor, para tornarmos cada vez melhor o processo de descentralização no nosso País, despindo-se, naturalmente, das cores políticas. Tomem, de forma racional e sustentável, a Governação do país, da província, do distrito, do posto administrativo e do Governo, neste país, que vos viu nascer.

A terminar, quero encorajar o MAEFP e **em meu nome e em nome dos Moçambicanos, desejar sucessos nos trabalhos que terão lugar nesta grande e acolhedora terra da galinha zambeziana, do coco e da mucapata e declarar abertas a XII Reunião Nacional dos Municípios e o 3º Conselho Nacional de Coordenação.**

Muito obrigado pela atenção dispensada!